

UM RETRATO DAS PROFESSORAS-ALFABETIZADORAS: formação, escolhas e significados

CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS^{*}
SABRINA DAS NEVES BARRETO^{**}
JORGE DA CUNHA DUTRA^{***}
JANICE DE FREITAS TEIXEIRA^{****}

RESUMO

Este artigo apresenta considerações acerca das professoras que atuam nas classes de alfabetização da rede estadual da cidade do Rio Grande/RS, apontando aspectos da formação dessas profissionais, da opção pelo trabalho em tais classes e os significados da alfabetização.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização, Formação de Professores, Cotidiano Escolar.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a análise de parte dos dados da pesquisa denominada "*Cultura, Saberes e Práticas no Cotidiano*

^{*} Doutora em Educação pela PUCRS. Professora do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação Ambiental da FURG. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos – NEEJA/FURG.

^{**} Mestranda em Educação Ambiental. Professora do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento. Integrante do Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos – NEEJA/FURG.

^{***} Acadêmico do Curso de Pedagogia Hab. Ensino Médio, Bolsista PIBIC-CNPq/FURG, no projeto "*Cultura, Saberes e Práticas no Cotidiano das Classes de Alfabetização*".

^{****} Acadêmica do Curso de Pedagogia Hab. Ensino Médio, Bolsista PIBIC-FAPERGS, no projeto "*Cultura, Saberes e Práticas no Cotidiano das Classes de Alfabetização*".

*das Classes de Alfabetização*¹", que tem como proposta mapear a realidade dessas classes nas escolas públicas da cidade do Rio Grande/RS, buscando conhecer quem são as professoras que nelas atuam, as práticas pedagógicas implementadas e os saberes construídos por elas no cotidiano com os alunos em processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Até o momento foram pesquisadas 22 escolas da rede estadual de ensino, onde aplicamos um questionário com questões abertas e fechadas, preenchido por 58 alfabetizadoras. Entre as questões de pesquisa que orientam o presente apresentamos: a formação das professoras, a opção pelo trabalho em classes de alfabetização e os significados da alfabetização.

A FORMAÇÃO DAS ALFABETIZADORAS

Começaremos ressaltando que a totalidade dos profissionais entrevistados é do sexo *feminino*, razão pela qual utilizaremos no texto o gênero feminino – professora – quando nos referimos aos sujeitos da pesquisa. Este já é um dado conhecido e comum no campo do magistério, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde encontramos mais mulheres do que homens assumindo a função docente. A realidade é histórica no contexto brasileiro, não carecendo de discussões no presente, pois muitos estudos já foram desenvolvidos nessa direção, entre eles o de Assunção (1996) e o de Catani et al. (1997).

Em relação à formação das professoras, constatamos que 43% é formada apenas no Curso Normal; 57% em Pedagogia; e 31% possui graduação em outras áreas como: Direito, Matemática, Artes, Letras, entre outras. Esses dados nos permitem perceber que 88% das profissionais possui formação em algum curso superior. Tal análise é significativa para mostrar que as dificuldades encontradas pelas professoras, no trabalho com a alfabetização, não estão relacionadas à falta de formação

¹ Este estudo, coordenado pela Prof^a Dr^a Cleuza Maria Sobral Dias, faz parte das atividades do Grupo de Pesquisa Cultura, Prática Educativa e Formação de Professores, ligado ao Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos – NEEJA da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Esta pesquisa conta com apoio financeiro da FAPERGS, através do Auxílio-recém Doutor.

acadêmica. No entanto, a proposta curricular dos cursos pode não atender as necessidades de formação das mesmas no que diz respeito às discussões acerca da alfabetização, que implica várias temáticas, como: desenvolvimento das linguagens; aprendizagem do código escrito; problemática da alfabetização e do analfabetismo no contexto brasileiro; letramento e alfabetismo... Em pesquisa posterior a esta, buscaremos estudar a proposta dos cursos de Pedagogia, verificando disciplinas e carga horária voltadas à temática da alfabetização.

A atenção dispensada à formação inicial, o estudo ora apresentado não quer dizer que acreditamos que esta seja a única responsável pela formação e construção dos saberes das professoras, pois, na esteira de Nóvoa (1992), entendemos que a formação se constrói “através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal” (p. 25). É nessa direção que defendemos ser imprescindível que os cursos ofereçam um espaço de reflexão e construção do conhecimento, tomando como referência a realidade escolar, oportunizando aos alunos os fundamentos básicos do processo de ensinar e aprender o código escrito e, principalmente, resgatando a alfabetização como uma construção para além da escola, uma vez que a linguagem escrita é culturalmente mediada (VYGOTSKY, 1988). E que, na escola, essa não se restringe ao primeiro ano do Ensino Fundamental, mas é um processo que está presente desde a Educação Infantil e continua por toda a vida escolar.

Ainda em relação à formação das professoras entrevistadas, objetivou-se saber se elas possuem cursos de pós-graduação, no que verificamos que apenas 29% realizou curso de especialização e 5% cursou o Mestrado em Educação. Mais da metade do grupo participante da pesquisa tem no máximo a graduação. Esse dado não seria de grande relevância se as professoras tivessem ao longo da trajetória profissional participado de processos de formação continuada em cursos, seminários e outros, o que também não é muito comum. Ainda que 64% das professoras afirme ter realizado cursos de capacitação nos últimos três anos, apenas 21% disseram ter realizado cursos voltados para a temática da alfabetização. Essa constatação revela a necessidade de implementação de

espaços de discussão acerca desse tema, uma vez que o fracasso dos alunos na aprendizagem da leitura e escrita ainda continua sendo o grande desafio que a escola precisa transpor.

Reconhecendo que para participar de cursos de pós-graduação ou de formação continuada, as professoras necessitam de disponibilidade de tempo, então buscamos saber qual é a carga horária de trabalho das alfabetizadoras: 78% disse que trabalha 40h/a. A realidade relatada nos mostra que grande parte das professoras tem os dois turnos diários ocupados com a atividade docente. Acreditamos que essa carga horária elevada é um fator influente na prática das professoras, pois, além de impedir a participação em processos de formação continuada, também pode limitar a elaboração de um planejamento reflexivo acerca da prática educativa. De modo geral, grande parte dos profissionais da educação tem seus salários aviltados, o que os leva a exercer uma jornada dupla ou até tripla de trabalho, a fim de equilibrar a situação financeira. Com isso, sobra pouco ou nenhum tempo para estudo ou participação em cursos.

Ainda que não tenham grande disponibilidade de tempo, durante o preenchimento dos questionários, as professoras manifestaram interesse em manter uma formação continuada, solicitando que a universidade oferecesse espaços de estudo, pois elas sentem necessidade de aprofundar seus conhecimentos relativos à alfabetização. Dizem isso querendo rever e fundamentar o trabalho pedagógico que realizam a fim de buscarem alternativas para os dilemas encontrados no cotidiano.

A OPÇÃO PELO TRABALHO EM CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO

Quanto à opção pelo trabalho em classes de alfabetização, podemos constatar que da totalidade das professoras entrevistadas, 37,93% optou pelo trabalho nessas classes, enquanto 62,06% foi levada a atuar como alfabetizadora, por ser esta a única possibilidade na escola, em um determinado momento da carreira. Tal realidade vem sendo denunciada em pesquisas como as de Dias (1996, 2002), Engers (1992), Lelis (1993), e outros pesquisadores da área, ainda que pouco se tem feito para mudar a situação. Lelis (1993) afirma que “são as professoras recém-formadas e menos habilitadas as que recebem as turmas

de alfabetização". (p. 32)

Sobre isso, Dias (2003) alerta que a atuação das professoras nas turmas de primeira série, sem a devida identificação delas com o trabalho de alfabetização, tem sido fator influente na aprendizagem da leitura e da escrita. Esse trabalho implica, entre outros aspectos, o conhecimento teórico acerca do código escrito, mas também um envolvimento com as questões da cultura da infância e questões relacionadas ao analfabetismo na sociedade brasileira. Somado a tais fatores, ainda, implica o conhecimento do baixo nível de letramento desta sociedade. O fracasso nas primeiras séries do Ensino Fundamental tem sido culturalmente justificado, ora rotulando o aluno como incapaz de aprender, ora o professor como incapaz de ensinar (KRAMER, 1995).

As discussões que envolvem a alfabetização apontam para os diversos fatores que influenciam na produção desse fracasso. Um deles diz respeito ao fato de que além do abandono dos alunos, é preciso também pontuar o abandono dos professores. Segundo Engers (1992), um dos motivos que levam as professoras a abandonarem as classes de alfabetização refere-se ao desconhecimento de questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, o que as deixam inseguras quanto a sua competência profissional. Não conseguindo alcançar seus objetivos, as educadoras esgotam-se e deixam essas classes.

Como nos afirma Braslavsky:

[...] os professores primários passam a se graduar sem conhecer os fundamentos da alfabetização inicial e com escassa ou nenhuma prática de ensino. Normalmente, resistem em reger classes de primeira série e os diretores costumam recorrer então aos professores substitutos ou recém-formados, (1993, p. 26).

A troca de professores nas classes de alfabetização, principalmente nas escolas de comunidades em situação de risco, é uma conseqüência do descaso dos dirigentes da escola. Este é um dado que pretendemos levantar no mapeamento das escolas municipais, já que as mesmas encontram-se em maior número do que as estaduais, e estão localizadas, em sua maioria, na periferia da cidade.

Na tentativa de reversão do quadro que evidencia insucesso profissional e também pessoal das educadoras, a equipe participante deste projeto de pesquisa tem realizado ações de formação continuada. Uma delas compreende um grupo de alfabetizadoras de crianças de uma escola do município do Rio Grande. Nos encontros realizados, foi possível perceber o quanto estas profissionais se angustiam com o processo de aquisição da leitura e da escrita, e o quanto se sentem inseguras no trabalho, seja por acreditarem que não tiveram formação suficiente para tal tarefa, seja pelo pouco respaldo que têm dentro da própria escola e das famílias dos educandos. Os depoimentos justificam alguns de seus medos: “As mães cobram muito, querem que as crianças saibam, pra ontem, ler e escrever” (P.D.); “Eu não sei mais ensinar meus alunos, não sei o que fazer (P.S.)”.

A realidade vivenciada por tais professoras é semelhante à constatada no grupo pesquisado, no que diz respeito ao ingresso nas classes de primeira série. Elas foram levadas a atuar nestas séries porque era a única turma sem professor na escola.

Por outro lado, as angústias e os medos não impedem que algumas professoras continuem a realizar práticas merecedoras de reconhecimento, propiciando a aprendizagem efetiva dos alunos.

OS SIGNIFICADOS DA ALFABETIZAÇÃO

Outro dado analisado na presente pesquisa é o significado de ser alfabetizadora, o que, sem dúvida, também é um fator influente na aprendizagem dos alunos, já que o modo como a educadora assume sua identidade de alfabetizadora reflete diretamente na prática pedagógica. Essa idéia encontra eco nas palavras de Giddens (2001) quando afirma que os sujeitos em determinadas situações precisam fazer escolhas, e, por vezes, mudar, dar “nova forma ao projeto reflexivo de identidade”. (p. 132)

Quando as professoras falam do que significa ser alfabetizadora, salientam-se alguns discursos que expressam o “peso” que elas carregam em relação ao que a sociedade e a escola exigem delas: “Ensiná-la [a criança] a ler o mundo”,

“Iniciar na criança a vontade de estudar”, “Colocar o aluno no caminho da leitura”, “Abrir portas”. Tais discursos revelam que as educadoras carregam significados do “ser alfabetizadora” que refletem condutas sociais impostas e aceitas socialmente – de que elas são as únicas responsáveis pela aprendizagem dos educandos. Isso desconsidera os conhecimentos que os alunos trazem a respeito do sistema alfabético, e, principalmente, os aspectos sociais influentes na aprendizagem.

Além disso, a proposta pedagógica nem sempre dá conta da complexidade que é o processo de aprendizagem da língua materna. Um grande número de professores ainda toma como base o ensino da língua a partir de sílabas e palavras sem significados para o aluno. De encontro a este modelo de alfabetização como aquisição de códigos, verifica-se a concepção de “Letramento” trazida por Soares (1998), afirmando que mais importante que saber ler e escrever é a maneira com que cada sujeito se apropria deste conhecimento e faz uso do mesmo na sociedade na qual ele está inserido. “Não basta apenas ler e escrever, é preciso saber usar do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 1998, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem demonstrado que é essencial efetivar esforços na orientação pedagógica e na formação permanente das alfabetizadoras, por meio de um trabalho reflexivo acerca da fundamentação das propostas de alfabetização, e o lugar que ocupam estas profissionais no processo de aprendizagem dos alunos, a fim de que não tomem para si a totalidade do mesmo. É preciso desmistificar o lugar da alfabetizadora na escola, desconstruindo mitos e rituais que o envolvem. Para tanto, é necessário, como afirma Dias (2000), que a escola seja reconhecida como um ambiente educativo que desafia tanto alunos como professores a construir conhecimentos no seu dia-a-dia.

A pesquisa discutida no presente texto, realizada com as professoras-alfabetizadoras das escolas da rede estadual do município do Rio Grande, e a ação de formação citada anteriormente com professoras da rede municipal, demonstram que oportunidades de trocas de experiências entre as alfabetizadoras e, também, espaços de discussões acerca da construção de conhecimentos fundamentais ao planejamento e à ação educativa tornam-se fundamentais na busca pela qualidade nas propostas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano de alfabetização, que reverta o quadro de fracasso nos primeiros anos escolares, e que implementem um trabalho coletivo na busca de práticas de letramento, as quais possam envolver os alunos no efetivo uso social da leitura e da escrita.

Retratar a realidade das classes de alfabetização nas escolas públicas da cidade do Rio Grande torna-se fundamental para direcionar a segunda fase da referida pesquisa, a qual tem o propósito de trabalhar com um grupo de professoras que tenham entre um e três anos de experiência em alfabetização e que se proponham a narrar sua trajetória profissional, para que juntas possam refletir acerca dos saberes construídos no cotidiano dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Segundo Dias (2003) a compreensão de como as professoras vão se apropriando das experiências e o modo como as vão transformando em saberes e práticas, contribui nas discussões do currículo do curso de Pedagogia, apontando alternativas de formação continuada e de discussão da políticas de organização do quadro docente das escolas públicas.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva. *Magistério primário e cotidiano escolar*. Campinas: Autores Associados, 1996.

BRASLAVSKY, Berta. *Escola e alfabetização*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

CATANI, Denise; BUENO, Belmira; SOUSA, Cynthia. *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

DIAS, Cleuza Maria Sobral. *Professor alfabetizador: reflexos da formação no seu cotidiano escolar*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. 216 p.

_____. Mitos e desafios na formação da alfabetizadora. In: *Educação*. Porto Alegre, n. 41, ago. 2000. p. 107-128,

_____. (coord.). *Cultura, saberes e práticas no cotidiano das classes de alfabetização*. Projeto de Pesquisa, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Departamento de Educação e Ciências do Comportamento, Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos. Rio Grande, RS, set. 2003.

ENGENS, Maria Emília. A formação de professores e a alfabetização: vertentes (des)consideradas no contexto educacional brasileiro. *Revista Educação*, Porto Alegre, n. 23, 1992. p. 7-12,

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. 2.^a ed. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

KRAMER, Sônia. Questões raciais e educação: entre lembranças e reflexões. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 93, maio 1995. p. 66-71.

LELIS, Isabel Alice. *A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio*. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 1993.

NÓVOA, António (org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1988.

